



INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
Rua Oito, casa 3 - Bairro Portal de Paraty - CEP 23970000 - Paraty - RJ - www.icmbio.gov.br

Ata

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DA APA CAIRUÇU 02/06/2016

CONSELHEIROS PRESENTES: Eliel Pereira de Souza, Sargento Martinelli (Marinha do Brasil), Sergio Daflon Mello, Marta Raquel Alves (IPHAN), Rodrigo Rocha (REJ), Fernando Alcântara, Sandro Rogério do Nascimento, Anderson Sato,

Vanessa Souza (LAGEO/UFF), Marcela Albino Cananéa, Cristiana Silva Reis, Almir dos Remédios, Jadson dos Santos, Noelcir Vasconcelos Pineiro, Cledson Cesar da Silva

Conselheiros Presentes: 9 titulares e 7 suplentes.

Além dos Conselheiros assinaram a lista de presença 23 participantes.

A Conselheira Luciana Gomes e os conselheiros André Figueiredo, Everaldo Nunes justificaram a ausência.

Início da reunião: 14:00 hs.

Término da reunião: 17:00 hs.

Eliel, Presidente do Conselho Consultivo da APA Cairuçu (CONAPA) deu boas vindas a todos os presentes, explicou sobre as reuniões ordinárias do CONAPA que vem ocorrendo de forma itinerante, entretanto esta reunião que se inicia por ter um caráter extraordinário esta acontecendo na sede da APA Cairuçu. Esta reunião tem um caráter informativo e não decisório em virtude da homologação do Decreto nº 8775 de 11 de maio de 2016, que altera o Decreto nº 89242/1983 que cria a APA Cairuçu. Em seguida, apresentou a programação da reunião e construiu os acordos de convivência juntamente com a plenária. Dando prosseguimento a reunião, foi feito um histórico do processo de modificação do CONAPA Cairuçu que culminou com a publicação da Portaria nº 203/2015 CR 8/ICMBio. Uma vez modificado foram construídos o Regimento Interno e o Plano de Ação, foi realizado o evento Águas do Carapitanga em parceria com a FIOCRUZ, o Fórum de Comunidades Tradicionais, IEAR/UFF, entre outros e foi elaborado o projeto *“Fortalecimento da governança e do desenvolvimento sustentável das comunidades caiçaras das áreas costeiras e insulares da APA Cairuçu”* no âmbito da Câmara Temática de Populações Tradicionais, a ser submetido ao financiamento decorrente de um Termo de Ajustamento de Conduta da petrolífera CHEVRON com o IBAMA e MPF. Continuando sua explanação, Eliel falou ainda sobre o histórico do processo de alteração do Decreto de criação da APA Cairuçu, sobre a revisão do Plano de Manejo, sobre o que o Decreto nº 8775 chamou de atualização do Plano de Manejo, explicando todos os tramites e passo a passo.

Às 15h30, a reunião extraordinária foi suspensa, por decisão da maioria dos conselheiros, tendo em vista o crime perpetrado contra um morador de Trindade, fato que gerou a saída dos representantes caiçaras da reunião do Conselho.

A reunião foi retomada, com o caráter meramente informativo, com o debate acerca do processo de atualização do Plano de Manejo da APA Cairuçu, tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.775/2016.

O primeiro questionamento foi feito por Sérgio Godoy, sobre a possibilidade de ampliar-se a representação de setores no Conselho, ainda antes do prazo de 90 dias para a atualização do Plano de Manejo estabelecido pelo referido decreto.

O consultor Mário indagou se o processo de atualização do Plano de Manejo pode prever a realização de audiências públicas.

O advogado Flávio Ójidos se mostrou preocupado com o prazo de 90 dias estabelecido pelo decreto e perguntou se o trabalho da Câmara Temática sobre as Zonas de Uso Conflitante será considerado na atualização do Plano de Manejo.

O conselheiro da UFF, Anderson Sato, questionou se o prazo de 90 dias passa a contar da publicação do decreto ou da manifestação do Conselho e também se há algum tipo de consequência caso o prazo não seja atendido.

Em resposta às indagações, Eliel Souza esclareceu que o prazo de 90 dias afigura-se inadequado, tendo em vista a complexidade do tema e que tal motivou o pedido da APA para prorrogar ou estender o tempo para a conclusão qualificada dos trabalhos. Disse que o Plano de Manejo considerará a legislação vigente e editada após a publicação do Plano de Manejo ainda em vigor. Complementou afirmando que todo o trabalho da CT sobre a ZUC das ilhas será considerado.

A Instrução Normativa do ICMBio nº 31/2013 prevê as etapas para a revisão do Plano de Manejo, que garante a realização de oficinas locais de trabalho, embora seja possível a realização de audiência pública.

O segundo bloco de questionamentos foi iniciado por Américo Emétrio, ocupante da Ilha Rasa, que indagou sobre a possibilidade dos ocupantes das ilhas apresentarem uma proposta. Lembrou que foi a questão das ilhas que suscitou a abertura de processo pela APA para revisar o decreto de revisão da Unidade. Reforçou a importância de se considerar o trabalho da CT ZUC.

O conselheiro Sérgio Melo (SEDUR) perguntou se o Conselho vai emitir um parecer sobre a minuta do Plano de Manejo atualizado.

O ex-chefe da APA lembrou que em 2009 foi feito um acordo entre a presidente do ICMBio e o prefeito de Paraty, no qual a revisão do Plano de Manejo da APA deveria implicar na revisão do Plano Diretor do município. Lembrou ainda que a prefeitura pagou um estudo sobre a revisão do Plano de Manejo da APA.

Em resposta, Eliel voltou a dizer que o trabalho sobre as ZUC será considerado e que todas as demais áreas abrangidas pela ZUC também serão objeto de análise. Afirmou que o Conselho irá se manifestar sobre a proposta de revisão do Plano de Manejo, inclusive contando com o apoio de um grupo de trabalho do Conselho para acompanhar os trabalhos de avaliação e revisão.

O servidor da Prefeitura Marcos propôs que membros do Conselho da Cidade interajam com o CONAPA sobre a relação do Plano de Manejo com a elaboração do projeto de lei sobre o uso e ocupação solo de Paraty.

A sra. Mena, moradora da Ilha do Araújo, perguntou de que forma o Conselho opina sobre o Plano de Manejo e como é possível acessar documentos da APA. Perguntou ainda como interessados que não são conselheiros poderão influenciar no processo.

Eliel respondeu dizendo que o Conselho, segundo o seu regimento interno, se manifestará por meio de moção ou recomendação.

Disse que a lei de acesso à informação garante que cidadãos tenham acesso a documentos públicos e que a APA está à disposição para atender e permitir a consulta a processos administrativos e documentos.

O Sr. Domingos, da Agenda 21, destacou que o ZEE pode subsidiar os trabalhos de revisão do Plano de Manejo.

O servidor municipal Marcos indicou que o ITERJ pode contribuir com o tema regularização fundiárias em áreas da APA.

O ex-secretário municipal de meio ambiente disse que a elaboração do Plano de Manejo foi terceirizado ao Condomínio Laranjeiras, foi rejeitado pelo CONAPA e se mostrou incompatível com a realidade municipal. Asseverou que a revisão é uma oportunidade para ajustes, inclusive para que a APA seja de Paraty e não só do ICMBio.

A reunião foi encerrada às 17h.

Relatores:

Bruno de Brito Gueiros Souza _____

Carlos Felipe Andrade Abirached _____

Em 22 de junho de 2016.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Brito Gueiros Souza, Analista Ambiental**, em 22/06/2016, às 16:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **0098292** e o código CRC **3D3EA79F**.

Digite aqui o conteúdo do(s) anexo(s)